

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAMAS E/OU PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM MANAUS: ESTUDO NA SDS/AM SOBRE
PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

PIB-SA/0031/2009

Bolsista: Ana Rafaela Gonçalves de Lemos, CNPq

MANAUS
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-SA/0031/2009
PROGRAMAS E/OU PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM MANAUS: ESTUDO NA SDS/AM SOBRE
PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Bolsista: Ana Rafaela Gonçalves de Lemos, CNPQ
Orientadora: Prof. Dra. Marinez Gil Nogueira

MANAUS
2010

Todos os direitos deste relatório são reservados a Universidade Federal do Amazonas, ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia/GRUPO INTER-AÇÃO e aos seus autores. Parte deste Relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa CNPq, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia/GRUPO INTER-AÇÃO e se caracteriza como um sub projeto do projeto de Estudo das Formas de Manejo dos Recursos Naturais e do Acesso às Políticas Públicas pelas Populações Ribeirinhas de Maués/AM

RESUMO DO RELATÓRIO

Essa pesquisa teve como foco o conhecimento das perspectivas de inclusão social a partir do mapeamento e análise dos objetivos a serem alcançados e da metodologia utilizada na execução dos programas e/ou projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - SDS/AM. Nesse sentido, esta pesquisa teve como Objetivo geral: Conhecer as ações da política pública da SDS/AM voltadas para o desenvolvimento sustentável em Manaus por meio da implementação de programas e/ou projetos, visando caracterizar as perspectivas de inclusão social subjacentes no formato documental e operacional dos mesmos. E como Objetivos específicos: Contextualizar historicamente a emergência da discussão do desenvolvimento sustentável na sociedade capitalista e no Brasil, analisando o processo de institucionalização da SDS/AM no Estado do Amazonas; Conhecer os objetivos, o público alvo e a metodologia dos programas e projetos implementados pela SDS/AM em Manaus, analisando a perspectiva de inclusão social que embasa a ação dos mesmos; Identificar o perfil das condições sócio-econômica do público-alvo do Programa de compensação ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari (Urucu) – Manaus, caracterizando as atividades desenvolvidas e as instituições executoras. No que se refere aos procedimentos metodológicos dessa pesquisa, o processo investigativo foi estruturado, basicamente, em momentos distintos, porém interligados e complementares, discriminados a seguir: Pré-Implementação - que se caracterizou como o momento da aprovação do projeto no comitê de ética; discussão e fichamentos do material selecionado; contato preliminar com a instituição lócus da pesquisa (SDS/AM); elaboração dos instrumentais de pesquisa; definição do sujeito da pesquisa de campo de acordo com os critérios pré-estabelecidos. Implementação - fase de realização do levantamento bibliográfico e documental relacionados à temática pesquisada; Pós-Implementação - foi o momento em que foram desenvolvidas as seguintes atividades: tratamento e análise dos dados/informações, elaboração do relatório parcial e consolidação do trabalho analítico em forma de relatório final. Assim, com base no levantamento das ações implementadas em Manaus pela SDS/AM, foi possível perceber que existe uma orientação voltada para processos de inclusão, contudo, pela falta de acesso a documentos consubstanciados que revelassem com maior clareza a metodologia da ação dos programas, não foi possível analisar se tais ações da SDS/AM podem ser caracterizadas como programas que atingem o objetivo de inclusão social, no sentido mais lato e profundo da palavra, sem omitir a dimensão central do fenômeno da exclusão social. Dessa forma, a análise de tal política permitiu sinalizar, igualmente, que os dispositivos de inclusão social, no sentido de processos de participação cidadã incorrem com frequência em segundo plano, pela predominância de uma lógica centrada quase exclusivamente na questão econômica. Não se quer dizer que a geração de renda não seja necessária e estruturante, mais outros eixos (cultural, social e espacial) também devem fazer parte de forma determinante neste processo de inclusão social, o que denotaria a preocupação com as incidências dos efeitos da questão socioambiental sob as condições de vida das pessoas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento Geral das Ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável Implementadas pela SDS no Amazonas	45
Quadro 2 – Levantamento dos Programas e/ou Projetos implementados pela SDS/AM em Manaus.....	49
Quadro 3 – Programa Estadual de Negócios Sustentáveis	50
Quadro 4 – Programa Gasoduto Coari-Manaus	51
Quadro 5 – Programa Amazonas Sustentável	52
Quadro 6 – Programa Zona Franca Verde.....	53
Quadro 7 – Projetos vinculados ao Programa de Compensação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari-Manaus	59
Quadro 8 – Os temas e os indicadores de análises mapeados pela Matriz de sustentabilidade	62
Quadro 9 – Categorias de Análise	81
Quadro 10 – Roteiro de Estudo	83
Quadro 11 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	85
Quadro 12 – Projeto Corredores Ecológicos	85
Quadro 13 – Programa Organização Comunitária	86
Quadro 14 – Projeto Prevenção a Todo Gás.....	87
Quadro 15 – Projeto Apoio as Ações a Idosos e Pessoas Com Necessidades Especiais .	87
Quadro 16 – Projeto Meu Lugar no Mundo	88
Quadro 17 – Projeto Letramento Através da Educação Ambiental.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Análise da configuração da crise ambiental.....	20
Figura 2 – Análise da relação entre questão social e questão socioambiental	26
Figura 3 – Matriz de sustentabilidade	61
Figura 4 – Resumo dos Investimentos na comunidade de Paricatuba.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Demonstração do diagnóstico sobre a água e lixo da comunidade Paricatuba	64
Gráfico 2 – Demonstração do diagnóstico sobre a saúde na comunidade de Paricatuba	65
Gráfico 3 – Demonstração do diagnóstico sobre a educação na comunidade de Paricatuba	65
Gráfico 4 – Demonstração do diagnóstico sobre a esgoto e energia na comunidade de Paricatuba	66
Gráfico 5 – Demonstração do diagnóstico sobre a habitação e comunicação na comunidade Paricatuba.....	66
Gráfico 6 – Demonstração do diagnóstico sobre a habitação e comunicação na comunidade de Paricatuba	67
Gráfico 7 – Demonstração do diagnóstico sobre o percentual de famílias por atividade produtiva primária na comunidade de Paricatuba	67
Gráfico 8 – Demonstração do diagnóstico sobre regularização fundiária e organização social na comunidade de Paricatuba.....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	14
1.1 A configuração da crise ambiental e o discurso da sustentabilidade.....	14
1.2 O processo de exclusão/inclusão social no contexto das políticas públicas de desenvolvimento sustentável.....	21
2. ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SDS/AM – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	25
2.1 Desenvolvimento sustentável na Amazônia e o processo histórico de implantação da SDS no Amazonas	25
2.2 Mapeamento dos Programas e/ou Projetos de Desenvolvimento Sustentável implementados pela SDS/AM no Estado do Amazonas	28
2.3 Perfil das condições sócio-econômica do público-alvo do Programa de Compensação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari (Urucu) – Manaus	39
CONCLUSÕES	53
FONTES E REFERÊNCIAS.....	55
CRONOGRAMA EXECUTADO	58

O conhecimento do real é luz que sempre
projeta algumas sombras.

Gaston Bachelard

INTRODUÇÃO

“O propósito de dar bases ao desenvolvimento sustentável e à construção de uma racionalidade ambiental dos processos produtivos exige redefinir os paradigmas da economia e elaborar uma nova lógica da produção” (LEFF, 2001).

O debate a cerca do *Desenvolvimento Sustentável* vem sendo a temática de muitas discussões nacionais e internacionais desde as ultimas três décadas do século XX, pois as autoridades políticas em nível mundial chegaram ao consenso de que é necessária e urgente a efetivação de ações de *sustentabilidade* que garantam a continuidade da vida no planeta.

Zabot (2000) afirma que neste século a necessidade sempre crescente de inovação e criatividade na produção de produtos e serviços com mais valor de lucro agregado, impõe ao sistema capitalista também a necessidade de promover, paralelamente, com esses produtos e serviços, a perspectiva de responsabilidade social e ambiental, o que impõe diante das organizações humanas o imperativo da sustentabilidade.

Sachs (2002) assevera que o desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico e dialético de mudanças na relação homem e natureza, sendo que a promoção do desenvolvimento sustentável requer uma gestão racional e justa do uso dos recursos naturais da biodiversidade que, conseqüentemente implica em opções tecnológicas que influem nas relações da sociedade.

A Amazônia é considerada a maior reserva de biodiversidade do planeta, sendo o grande palco da discussão sobre como efetivar a regulamentação da relação entre os atores sociais no desenvolvimento sustentável, diante da urgência da promoção de ações sócio-econômicas por meio de políticas públicas que visem a sustentabilidade ecológica, social e cultural, visando buscar ao mesmo tempo o avanço da ciência e a preservação das culturas tradicionais (sociodiversidade).

Atualmente, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS/AM) é a responsável pela discussão e implementação de uma política pública voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável no estado. Assim, esta secretaria tem como missão “garantir a proteção da natureza e o uso dos recursos naturais, com valorização sócio-etno-ambiental e econômica, visando o desenvolvimento sustentável do Amazonas” (in site SDS/AM, 2009). Desta forma, esta secretaria tem papel fundamental na implementação do Programa Zona Franca Verde, em articulação com outras secretarias e

órgãos do Governo do Estado Amazonas, tendo como objetivos e/ou atribuições: “Melhorar a qualidade de vida das pessoas; Conservar a natureza; Promover o crescimento econômico; Atenuar e adaptar às mudanças climáticas.” (in site SDS/AM, 2009).

Nesse sentido, essa pesquisa buscou responder as seguintes questões norteadoras: quais programas e/ou projetos que visam à promoção do desenvolvimento sustentável em Manaus? Por quem e como são desenvolvidos? Existem processos de Inclusão social nas ações dos Programas e/ou projetos da SDS em Manaus? A inclusão e a participação social estão sendo desenvolvidas nas ações implementadas?

A escolha do objeto surgiu a partir das vivências realizadas durante o estágio curricular do Curso de Serviço Social realizado no Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia - Grupo INTER-AÇÃO, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. A temática da sustentabilidade é o foco principal deste grupo, o qual prima pelo estudo e desenvolvimento de tecnologias sociais na Amazônia voltadas para formulação de subsídios às políticas públicas na área socioambiental, com o foco, principalmente, nos processos de inclusão social.

Ressalta-se que essa pesquisa configurou-se como um levantamento do tipo exploratório realizado mediante uma abordagem de campo qualitativa, a qual foi ancorada na modalidade bibliográfica e documental de pesquisa. Assim, a pesquisa configurou-se como um estudo de caso, a partir de múltiplos instrumentos de coleta de dados, a saber: dados secundários, que foram obtidos em publicações científicas (levantamento bibliográfico) e dados primários por meio de documentos, arquivos (levantamento documental), e uma entrevista semi-estruturada realizada com um coordenador de um Programa da SDS foco do estudo (levantamento de campo).

Acredita-se que a pesquisa ao mapear as perspectivas de inclusão social da política pública implementada pela SDS/AM por meio de programas e/ou projetos, possibilitou uma análise sobre as perspectivas de inclusão social subjacentes nos objetivos dos programas e/ou projetos focalizados. Objetivou-se sinalizar se tais ações da SDS, focos do estudo, incidiram ou não na criação de canais de diálogo, participação, acesso e concretização de direitos, políticos e sociais das populações tradicionais e locais no desenvolvimento de ações sustentáveis.

Esse relatório traz a apresentação dos resultados desta pesquisa e está estruturada basicamente na fundamentação teórico e na discussão dos dados/informações, a saber:

A questão socioambiental e o desenvolvimento sustentável - expõe o contexto da crise ambiental evidenciando o surgimento da questão socioambiental e o discurso da sustentabilidade. Apresenta uma discussão sobre o conceito de cidadania e inclusão social destacando os desafios da construção da cidadania e enfatizando as leis que garantem o acesso à cidadania dentro da discussão na política pública de desenvolvimento sustentável. Discute ainda, a relevância da efetividade de direitos socioambientais e a criação de canais de participação e protagonismo social.

Estruturação das Ações da Política Pública de Desenvolvimento Sustentável da SDS/AM – Apresenta os principais resultados do levantamento documental e da abordagem de campo. Assim, discorre sobre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, destacando o processo histórico de implantação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS/AM). E por fim, apresenta os principais resultados da pesquisa referentes ao levantamento documental da estruturação da política da SDS/AM.

1.0 - A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1 - A configuração da crise ambiental e o discurso da sustentabilidade

A crise ambiental torna-se evidente a partir dos anos 60, apresenta-se como um resultado da irracionalidade ambiental do modo de produção capitalista, apontando os limites do crescimento econômico, iniciando uma discussão teórica e política em que se propõe o *discurso da sustentabilidade*: uma proposta do capital para atenuar o binômio crescimento econômico e conservação da natureza. Dessa maneira, “a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza” (LEFF, p.15, 2001).

O paradigma dominante que orienta a lógica capitalista de produção – visão mecanicista da razão cartesiana – “busca recolocar as pessoas no centro, como sujeitos da ação, tanto no trabalho quanto em todos os demais setores da vida social” (ZABOT, 2000,

p.31). Nesse sentido, o homem, visto como “sujeito” da ação pode, portanto, explorar de forma indiscriminada a natureza em nome do avanço da tecnologia.

Leff (2001, p.15) afirma que,

A visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna. Dessa forma, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O discurso de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção.

Tal situação denota que o paradigma dominante, que orienta a lógica capitalista, coloca o homem como “sujeito” e que, portanto, deve explorar de forma indiscriminada em nome do avanço da tecnologia. Isso significa que a crise ambiental e seus efeitos destrutivos sobre a natureza são conseqüências da relação que se estabelece entre homem/natureza no modo de produção capitalista.

Portanto, para entender o contexto em que surge o discurso de sustentabilidade, é necessário antes de qualquer coisa ponderar a relação homem/natureza que se estabelece na lógica capitalista de produção.

Diegues (2004, p.42) aborda a relação homem/natureza a partir de duas grandes correntes,

A primeira, chamada de “biocêntrica” ou “ecocêntrica”, pretende ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido como qualquer ser vivo. A outra corrente é a chamada “antropocêntrica” [...] porque opera na dicotomia entre homem e natureza, e para a qual o primeiro tem direitos de controle e posse sobre a segunda, sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia.

Considerando a abordagem de Diegues (2004), percebe-se que a segunda corrente citada pelo autor, a “antropocêntrica”, coloca o *homem e a natureza* em lados opostos em que o primeiro (o homem) tem total controle sobre a segunda (natureza), capaz de explorar e depredar seus recursos naturais de forma ilimitada, ou seja, “vê a natureza apenas como um recurso”. Essa análise revela as características que permeiam a compreensão da relação homem/natureza que se estabelece no contexto da lógica capitalista. Assim, a dicotomia homem/natureza legitima o sistema capitalista em seu ciclo de produção/reprodução, o que estabelece a exploração e depredação dos recursos naturais disponíveis na natureza.

Dessa maneira, compartilhamos com a idéia de Leff (2001) de que a crise ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A *crise ambiental* problematiza as próprias bases da produção, apontando para a necessidade de desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana.

A tomada de consciência das questões ambientais põe em discussão o atual modelo de produção, um “modelo [...] regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza” (LEFF, 2001, p.17). Visto que denota a irracionalidade do sistema capitalista em um processo em que se coloca o homem como “sujeito” e nega a natureza. Essa dicotomia homem/natureza que se evidencia no modo de produção capitalista vem sendo amplamente discutida, visto que a crise ambiental no contexto atual exigiu um novo paradigma de desenvolvimento, baseado no *discurso de sustentabilidade*.

A figura a seguir busca evidenciar a análise feita a partir do levantamento teórico apresentado anteriormente, o qual abordou o contexto em que se configura a *crise ambiental* e as questões-chave que caracterizam as principais discussões dessa temática.

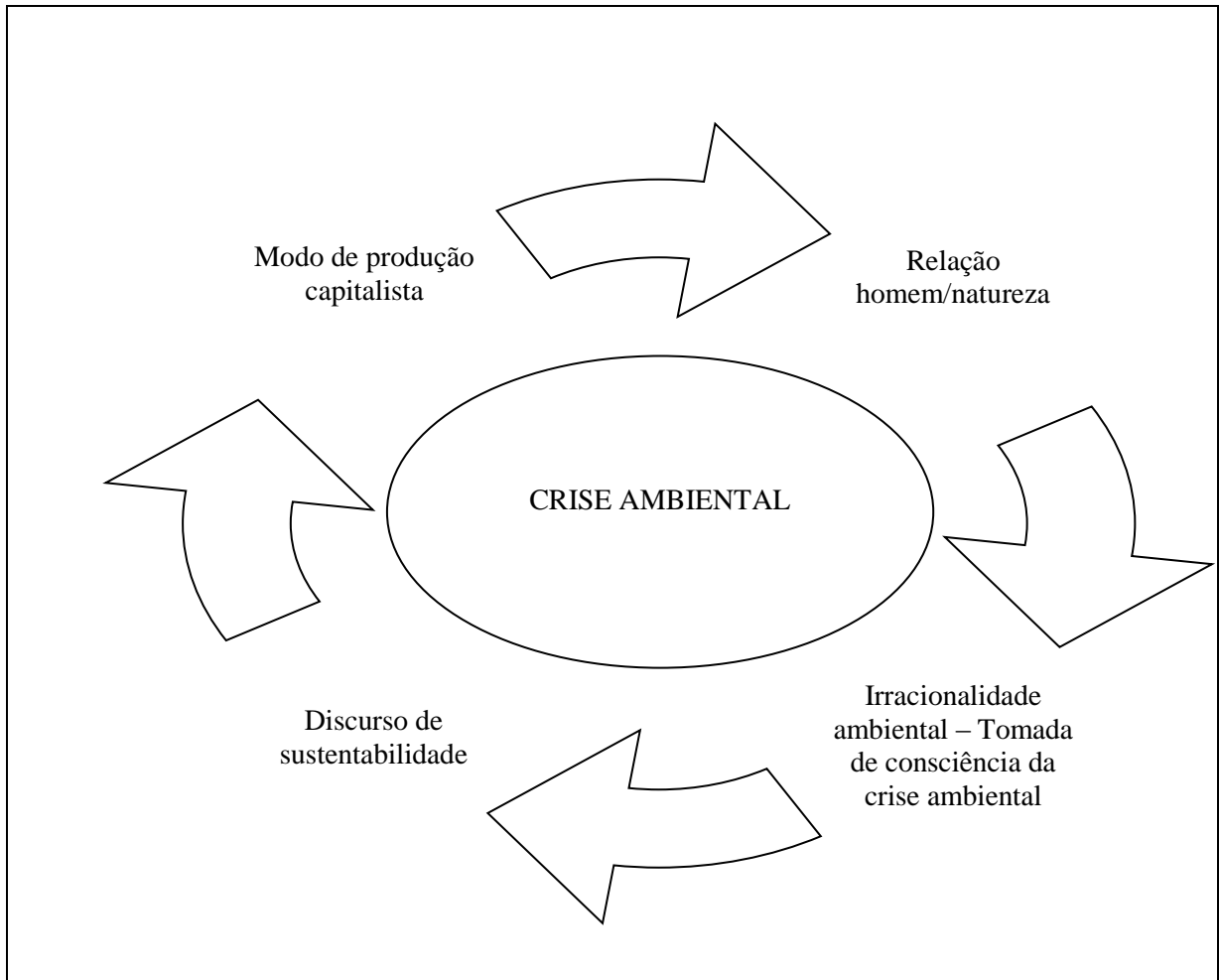


FIGURA 1 – Análise da configuração da crise ambiental
 FONTE: elaboração da pesquisadora, 2010.

A configuração da crise ambiental é interpretada nesse estudo a partir da relação homem/natureza, a qual é decorrente da irracionalidade ambiental do modo de produção capitalista.

As discussões sobre a crise ambiental ganharam repercussão nacional e internacional, em todos os setores da sociedade, o principal debate é justamente a criação de *estratégias de sustentabilidade* para que essa situação seja revestida, ou que pelo menos seja “mascarada” mediante o discurso do desenvolvimento sustentável, uma vez que a *insustentabilidade* da lógica capitalista está diretamente relacionada ao seu processo de produção/reprodução.

Segundo Bellen (2005) o termo “desenvolvimento sustentável” foi primeiramente apresentado em 1980 pela *World Conservation Union*, também chamada de *Internacional Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), no documento intitulado *World's Conservation Strategy*.

Antes de adentrar-se especificamente na discussão conceitual sobre desenvolvimento sustentável faz-se necessário destacar os principais acontecimentos que marcaram os debates sobre a sustentabilidade do desenvolvimento.

A partir da década de 70, as questões ambientais ganharam papel de destaque na sociedade, haja vista que se torna evidente as conseqüências do crescente processo de degradação do ambiente, trazido pelo modo de produção capitalista e sua relação de exploração com a natureza, esse cenário configurou uma crise ambiental e social, esse problema até então disfarçado exigia medidas que deveriam aliar desenvolvimento com conservação ambiental. Nesse sentido, observa-se que alguns fatos foram palco de discussões que embalam os debates atuais dessa questão tanto a nível nacional quanto internacional.

De acordo com Bellen (2005), ressalta-se alguns fatos e/ou acontecimentos importantes que influenciaram a discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável no século XX:

- *O relatório mundialmente conhecido como “limites do crescimento”* - produzido pelo Clube de Roma em 1972, o qual ressaltou que a maioria dos problemas ligados ao meio ambiente ocorria na escala global e se acelerava de forma exponencial;
- *Conferência de Estocolmo em 1972* - em a preocupação principal voltada para o crescimento populacional e o processo de urbanização, bem com para a tecnologia envolvida na industrialização;
- *Declaração de Cocoyok em 1974* - resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. O documento afirma que a explosão populacional é decorrente da absoluta falta de recursos em alguns países (quanto maior a pobreza, maior o crescimento demográfico);
- *A chamada ECO 92* - a Conferencia das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro 1992, fato que preconizou a elaboração de dois importantes documentos: a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e a Agenda 21.

De acordo com Nogueira (2007), a *Convenção da Diversidade Biológica* previa a conservação e utilização sustentável dos componentes da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante,

inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e à transferência adequada de tecnologias pertinentes, com base no princípio de soberania nacional dos países sobre os recursos da natureza.

A Agenda 21 segundo Furriela (2002), “trata-se de um abrangente plano de ação a ser implementadas pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes em cada área onde a atividade humana afeta o meio ambiente” (FURRIELA, 2002, p.36).

De acordo com Godard a noção de desenvolvimento sustentável “inscreve-se no cruzamento de várias tradições intelectuais e serve, sobretudo na fase atual para mostrar o que está em jogo para afirmar uma vontade - um desejo de conciliação entre desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente do planeta a longo prazo” (GODARD, 1997, p.109).

Leff (2001) argumenta que o desenvolvimento sustentável converteu o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberais que nos levariam aos objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social por uma via mais eficaz: o crescimento econômico orientado pelo livre mercado. Este discurso promete alcançar seu propósito sem uma fundamentação sobre a capacidade do mercado de dar o justo valor à natureza e à cultura; de internalizar as externalidades ambientais e dissolver as desigualdades sociais; de reverter as leis da entropia e atualizar as preferências das futuras gerações. Nesse sentido, o discurso dominante sobre sustentabilidade é aquele que defende a incorporação da natureza ao capital mediante uma dupla operação: por um lado, tenta-se internalizar os custos ambientais do progresso; além disso, instrumentaliza-se uma operação simbólica – um ‘cálculo de significação que recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma essência: o capital.

Sachs (2002) aborda a evolução do pensamento que desembocou no desenvolvimento sustentável, como um desenvolvimento endógeno (em oposição à transposição mimética de paradigmas alienígenas) auto-suficiente (em vez de dependente, orientado para as necessidades em lugar de direcionado pelo mercado), em harmonia com a natureza e aberto as mudanças institucionais.

Sachs (2002, p. 475) afirma que,

O conceito desenvolvimento sustentável abarca uma nova consciência dos limites da “nave espacial terrestre” e da fragilidade de seus equilíbrios ecológicos globais, um enfoque do desenvolvimento socioeconômico orientado para a satisfação de necessidades básicas e o reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural desempenha nesse processo. Sua função é dupla: assinalar a direção geral dos processos e mudanças e

oferecer um conjunto de critérios para se avaliar a pertinência de ações mais específicas.

Sachs (2002) considera a sustentabilidade como um conceito dinâmico, que “leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão” que engloba um processo em cinco dimensões:

- *Sustentabilidade social*, ou seja, o estabelecimento de um padrão estável de crescimento, que proporcione a redução da diferença entre os níveis de vida entre as populações.
- *Sustentabilidade econômica*, que sugere o estabelecimento de um sistema de administração para o patrimônio comum da humanidade que vise promover o manejo eficiente dos recursos naturais.
- *Sustentabilidade ecológica*, que diz respeito à intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, de forma compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial.
- *Sustentabilidade espacial*, que por sua vez, busca proporcionar uma distribuição equilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, de forma a estabelecer uma rede de reservas da biosfera para proteger a diversidade biológica, e, ao mesmo tempo, ajudar a população local a viver melhor.
- *Sustentabilidade cultural*, a qual prever que a modernização deva buscar a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos.

Diante da abordagem acima apresentada, entende-se que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta-se em diferentes perspectivas de análises teóricas, visto em diferentes ângulos, ou seja, compreende diversas abordagens, em que o conteúdo das idéias assumem características peculiares. Contudo, neste estudo a perspectiva teórica adotada é a de crítica ao desenvolvimento sob a lógica capitalista. Assim, ressalta-se que os argumentos de Sachs têm mais afinidades com os objetivos desta pesquisa no âmbito da região amazônica, pois o autor trata de elementos essenciais para contexto da discussão do desenvolvimento sustentável, haja vista que o autor afirma que para se obter a sustentabilidade é preciso a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade (cultura e saberes das populações tradicionais

Desse modo, foi possível perceber nas abordagens teóricas até este momento apresentadas, que desenvolvimento sustentável protagoniza um debate em que a preocupação principal é aliar o desenvolvimento à conservação do ambiente, visto que o modelo atual de desenvolvimento mantém uma relação com a natureza em que a *exploração* é a palavra de ordem. Assim, o sistema capitalista se utiliza do discurso de sustentabilidade para “mascarar” o intenso processo de degradação da natureza, visto como um impasse para o avanço tecnológico, ou seja, o capital apropria-se do discurso de desenvolvimento sustentável de maneira errônea para confundir a sociedade.

Em síntese, a questão socioambiental denota os impactos ambientais produzidos pelo sistema capitalista na natureza e na condição e qualidade de vida do homem, visto que a obsessão pelo crescimento e o lucro fez com que a produção fosse irracional, não levando em consideração as conseqüências. Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de um olhar para a natureza não como um instrumento, mas como um suporte à vida no planeta. Para tanto, a humanidade precisa abandonar o antigo paradigma cartesiano onde o homem é sujeito e a natureza um simples instrumento, usado para garantir o processo civilizatório mediante a exploração dos seus recursos naturais.

1.2 - O processo de exclusão/inclusão social no contexto das políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

A *inclusão social* é um conceito que só é totalmente compreendido se abordado em conjunto com outro, o da *exclusão social*, visto que “a questão da inclusão social está profundamente vinculada à da exclusão, aliás, duas faces da mesma moeda: as relações sociais dominantes de desigualdade social expressam-se nas políticas públicas” (FALEIROS, 2006, p.01).

A necessidade de política pública que promova a inclusão social decorre dos determinantes históricos do processo de exclusão, haja vista que a inclusão social é um termo do contexto neoliberal que isola o indivíduo para trabalhá-lo e, dessa forma, busca fragilizar os vínculos de organização social (FALEIROS, 2006).

Nesse sentido, este estudo aborda conceitos de alguns autores que estudam a temática da exclusão social, uma vez que o modelo principal de referência da inclusão social parte da

distinção exclusão/inclusão, tendo em vista que os processos excludentes determinados pela desigualdade social engendram a aspiração pela inclusão social.

Faleiros (2006, p.03) conceitua exclusão social como:

Um impedimento, uma barreira, uma fronteira elaborada socialmente em relações de poder, que dividem os grupos, de forma a estabelecer hiatos tanto nas condições objetivas de vida ou de meios de vida como na percepção de si mesmo como sujeito historicamente situado, numa sociedade e num determinado Estado em que se pactuam direitos e se compactuam com exclusões.

Ainda de acordo com Faleiros (2006), a exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades, diversificada, relacional, multidimensional, e com impactos de disparidade, desigualdade, distanciamento, inferiorização, perda de laços sociais, políticos e familiares, com desqualificação, sofrimento, inacessibilidade a serviços, insustentabilidade e insegurança quanto ao futuro, carência e carenciamentos quanto às necessidades, com invisibilidade social, configurando um distanciamento da vida digna, da identidade desejada e da justiça.

Teixeira (2009) faz uma crítica à noção de exclusão social vista na literatura francesa por alguns autores, a saber: Paugam, Castel, Schnapper que debatem a categoria *exclusão social* a partir de conceitos que, de acordo com a análise da autora, são vagos e imprecisos por não considerarem que a exclusão social é intrínseca ao paradigma da luta de classes e da desigualdade social. Teixeira (2009) crítica a abordagem da categoria exclusão social fora do contexto das lutas de classes e da desigualdade social. De acordo com a autora, essa noção nega o cenário que configura a *questão social*, ou seja, as contradições entre capital e trabalho trazidas pelo modo de produção capitalista.

A autora concorda com a idéia que a exclusão decorre do conflito entre capital e trabalho e diz:

[...] a melhor referência para tratar a questão social ainda é a desenvolvida pela crítica da economia política, que toma o trabalho como categoria central e não o descola-se de sua polaridade: o capital (TEIXEIRA, 2009, p. 26-28).

Diante das abordagens dos autores acima citados, essa pesquisa concorda com Faleiros (2006) e Teixeira (2009). Com Faleiros (2006), pois destaca o entendimento de que no contexto atual, a exclusão social é um obstáculo, um limite elaborado socialmente em relações de poder, que dividem os grupos, de forma a estabelecer hiatos tanto nas condições de subsistência como na percepção de si mesmo como sujeito historicamente situado, numa

sociedade e num determinado Estado, em se que pactuam direitos e se compactuam com exclusões. Enquanto Teixeira (2009), por enfatizar que a exclusão social está inserida em um processo que decorre das contradições capital/trabalho.

Entende-se, portanto, que a exclusão social deve ser apreendida como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais, raça, etnia e território, características do conflito entre capital/trabalho ocasionados pela lógica capitalista de produção, a qual tem seus impactos de degradação no ambiente natural e no construído (cultura), ou seja, da vida em sociedade. Por isso, como já foi destacado no primeiro capítulo, entende-se que há uma íntima integração entre os problemas sociais e ambientais, configurando questões sócio-ambientais.

Na região amazônica, segundo Kitamura (1994), a exclusão social pode ser caracterizada pela situação de fome (desnutrição e subnutrição) das populações (as condições de indigência são sinônimo de fome) e pela susceptibilidade às doenças tropicais, dada a falta de saneamento básico, os deficientes atendimentos de saúde, a precariedade e superpopulação das moradias, além da falta de acesso aos bens de consumo e outros serviços básicos e de informações em geral, ou seja, das condições para uma vida digna, produtiva e sadia.

Trazendo essa discussão – exclusão/inclusão – para o contexto socioambiental, faz-se uma breve discussão sobre essa questão.

Leff (2001) descreve questões em que é possível visualizar a exclusão social sob o ponto de vista do contexto da crise socioambiental, o autor afirma que a incorporação das classes trabalhadoras e das populações rurais ao progresso e à modernidade significou a degradação de suas condições de vida: exploração econômica, desemprego, marginalização social, inacessibilidade aos serviços públicos, desarraigamento cultural, emigração territorial, destruição de seus recursos naturais, abandono de suas práticas tradicionais e perda de seus meios de subsistência.

Leff (2001) considera que o ambiente é integrado por processos, tanto de ordem física como social, em que há dominação e exclusão de segmentos sociais pela racionalidade econômica. Esses processos configuram como

a natureza super explorada e a degradação socioambiental, perda de diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e à dissolução de suas identidades étnicas, a desigual distribuição dos custos ecológicos do crescimento e a deterioração da qualidade de vida (LEFF, 2001, p.224).

Assim, observa-se que a “pobreza não se manifesta apenas como insuficiência de renda. Ela é essencialmente fruto da falta de cidadania e de acesso a serviços públicos de qualidade” (POCHMANN, 2004, p.124).

Assim, vimos na abordagem de diferentes autores que o conceito de inclusão social só ganha significado quando contraposto ao de exclusão. Verifica-se que *inclusão social* é um termo amplo, usado em diferentes contextos, como referência a questões sociais variadas, ao fazer referência à inserção dos indivíduos que se encontram à margem da sociedade, excluídos do processo de produção da sociedade capitalista. No contexto da questão socioambiental, essa exclusão refere-se também a falta de acesso ao ambiente limpo e conservado, o que priva ao direito à qualidade de vida.

Nesse sentido, concorda-se com Faleiros (2006), quando o autor destaca que a *inclusão social* é um processo complexo, histórico, de efetivação dos direitos, da criação de oportunidades, da formação de conhecimentos, competências e habilidades, do fortalecimento dos laços sociais, entre outros. As ações públicas de inclusão social são medidas políticas que surgem em contexto marcado pela exclusão social, pela falta de direitos, pela da desigualdade social.

Dessa forma, o termo *inclusão social* se inseriu nas discussões da política pública de desenvolvimento sustentável à medida que esta se propõe a combater a exclusão social. Assim, a inclusão social em suas diversas expressões no contexto socioambiental será somente concretizada mediante a implementação de uma real e compromissada política pública para o desenvolvimento sustentável. Vimos que no discurso oficial da SDS/AM (cf. levantamento no site institucional), várias são as propostas que retoricamente apontam para processos de participação e inclusão social, entretanto, espera-se que suas ações práticas mediante implementação de programas e/ou projetos concretizem na realidade verdadeiros processos de inclusão social. Para tanto, é imprescindível que sejam estabelecidos padrões de sustentabilidade nas dimensões social, econômica, cultural, espacial e ecológica, assim como canais de participação efetivos nos distintos espaços sociais. Portanto, é necessário um processo de participação cidadã e de efetivação dos direitos socioambientais por meio de um efetivo processo de inclusão social.

2.0 - ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SDS/AM – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

2.1 - Desenvolvimento sustentável na Amazônia e o processo histórico de implantação da SDS no Amazonas.

Kitamura (1994) destaca que ao longo de sua história, as questões relativas à Amazônia têm sido interpretadas, com frequência, a partir de visões completamente irreais e muitas vezes mitológicas que têm prejudicado especialmente as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Todavia, nas últimas décadas, graças a uma sistemática, apesar de acanhada atividade científica (Biologia, Sociologia, Economia, Antropologia e outras ciências) sobre o meio ambiente amazônico, várias dessas visões – tais como de sua homogeneidade, de riqueza fácil, de grande vazio demográfico, da cultura nativa como sinônima de atraso – vêm sendo derrubadas, permitindo uma percepção mais objetiva do seu meio ambiente e também mostrando as possibilidades e limites para um desenvolvimento sustentável.

De acordo com Viana¹, nas décadas de 60 e 70 duas políticas de desenvolvimento foram implantadas na Amazônia Brasileira. A primeira, que envolveu boa parte dos estados da região, estava baseada no apoio à expansão da agropecuária, apoiada por fortes investimentos na abertura de novas estradas. A segunda, baseada quase que exclusivamente em Manaus, no Amazonas, foi direcionada para a implantação de um Pólo de Indústrias de Alta Tecnologia na capital do Amazonas. Este Pólo, chamado inicialmente de Distrito Industrial de Manaus, é apoiado por uma política de incentivos fiscais e tecnológicos. Passado quase quarenta anos tem dois resultados opostos. O primeiro modelo gerou uma ocupação desordenada, com acelerado desmatamento, conflitos fundiários e violência. O

¹ Virgílio Viana, esteve a frente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –SDS/AM, até o ano de 2007, essa discussão é de autoria do autor, pode ser vista no site da instituição <http://www.sds.am.gov.br>, no link: Da Zona Franca de Manaus a Zona Franca Verde. Acessado no 13 de julho de 2009.

segundo modelo, o da Zona Franca de Manaus, resultou numa rara combinação de desenvolvimento econômico com conservação ambiental.

Observa-se nas explanações anteriores, que os autores enfocam que o processo de desenvolvimento da Amazônia caminhou na contramão da busca pela sustentabilidade do desenvolvimento. Desse modo, para se buscar um novo modo de desenvolvimento para a Amazônia, ou seja, o desenvolvimento sustentável, se faz necessário um planejamento que enfoque, sobretudo, uma ação do Estado de forma descentralizada e participativa, mediante a implementação de políticas públicas que busque a sustentabilidade.

O Amazonas, um dos estados que compõem a Amazônia brasileira, implementa uma política pública de desenvolvimento sustentável por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), que de acordo com o discurso oficial tem a missão de “promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, de forma socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente adequada, dentro do marco conceitual do Programa Zona Franca Verde” (in site, SDS/AM, 2009).

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - SDS foi criada 2003 com a incumbência de formular, coordenar e implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, programas e/ ou projetos, dos recursos hídricos, da fauna e flora, da gestão política estadual de florestas e de ordenamento pesqueiro.

Além disso, a Secretaria,

Formula e coordena as políticas estaduais de promoção dos negócios sustentáveis, de serviços ambientais, mudanças climáticas e das cadeias produtivas relacionadas a recursos florestais visando ao desenvolvimento sustentável do Amazonas (in site SDS/AM,2009).

Essa Secretaria, conforme discurso institucional visa:

à valorização econômica e a sustentabilidade dos produtos florestais, mediante ações de fortalecimento das cadeias produtivas do setor florestal nos Pólos de Desenvolvimento Sustentável e implementação das ações de assistência técnica e organização dos produtos da floresta” (in site SDS/AM,2009).

Nesse sentido, a Secretaria tem como missão: “*garantir a proteção da natureza e o uso dos recursos naturais, com valorização sócio-etno ambiental e econômica, visando o desenvolvimento sustentável do Amazonas*” (in site SDS/AM, 2009).

E como visão: “*ser referência nacional e internacional na formulação e gestão de políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável*” (in site SDS/AM, 2009).

Conforme informações obtidas no *site* institucional, os princípios da SDS são: participação e envolvimento continuado da sociedade; transversalidade nas ações; qualidade na gestão; menos burocracia; mais eficiência e eficácia; mais rapidez e práticas ecologicamente corretas; profissionalismo e transparência; impessoalidade, imparcialidade e moralidade; ação afirmativa para as populações tradicionais e indígenas; valorização do espírito do trabalho em equipe e do potencial das pessoas; respeito às pessoas com necessidades especiais.

A partir de 2007, a SDS apresentou algumas mudanças na sua organização, uma vez que o governo do Amazonas instituiu a Lei Delegada nº 66, que possibilitou o ajuste às frentes de ação da Secretaria, no âmbito de suas finalidades, competências e estrutura organizacional. Tal mudança atribui uma nova configuração à Secretaria, passando a se chamar “Sistema SDS”, que atua em articulação com as autarquias vinculadas (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS, Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS) e com os conselhos (Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMAAM, Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH e Conselho Estadual de Geodiversidade do Amazonas – CEGEO). No âmbito do Sistema foi criada ainda a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Unidades de Conservação (Lei nº 3244, in site SDS/AM, 2009).

Atualmente, as ações da SDS pautam-se no Plano Amazônia Sustentável (PAS) que foi lançado em 8 de maio de 2008 pelo Presidente da República, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Este plano constitui-se de um conjunto de estratégias e orientações para as políticas públicas do governo federal e os governos estaduais que compõem a Amazônia Legal.

Na ocasião de lançamento do PAS foi assinado um Termo de Cooperação entre o governo federal e os governos estaduais da Amazônia que estabeleceu como princípio metodológico do PAS a consulta aos diversos setores da sociedade regional e nacional e, também, cinco eixos para serem considerados na implementação de políticas públicas da região amazônica, são eles: produção sustentável com tecnologia avançada, novo padrão de financiamento, gestão ambiental e ordenamento territorial, *inclusão social e cidadania* (grifo nosso) e infra-estrutura para o desenvolvimento (in site SDS/AM, 2009).

Por meio do levantamento documental desta pesquisa, o qual foi realizado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do estado do Amazonas, verificou-se que a mesma divulga que sua política pública,

desenvolve-se mediante processo de formulação e implementação participativa de políticas de transversalidade, em articulação com parceiros governamentais e não-governamentais, orientadas para as atividades de fomento das cadeias produtivas florestais, apoio ao etnodesenvolvimento indígena, licenciamento e monitoramento ambiental, conservação da biodiversidade, combate ao desmatamento, apoio a negócios sustentáveis, desenvolvimento do uso de energias limpas, gestão de recursos hídricos, zoneamento ecológico-econômico e ordenamento pesqueiro (in site, SDS/AM, 2009).

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina (2007), a formulação da política ambiental do Estado tem como base as leis estaduais vigentes que definem o alcance dos objetivos propostos e as ferramentas estratégicas que podem ser utilizadas. Exemplo disso é o Programa Zona Franca Verde, “cuja missão é reverter o quadro socioambiental e promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, pode ser considerado como o instrumento mediante o qual se canaliza a política ambiental da atual Administração” (CEPAL, 2007).

Quanto a Agenda 21, no caso da região amazônica, uma “Agenda 21 regional foi elaborada para todos os estados da Amazônia Legal. Considerando-se as Agendas Locais nos municípios do Estado do Amazonas, nove tratam de temas ambientais, quatro de temas sociais e quatro de temas econômicos” (CEPAL, 2007).

Diante do mosaico apresentado, percebe-se que a Amazônia constitui um celeiro de possibilidades, por isso o interesse e a cobiça internacional pelo desenvolvimento e a preservação dessa região. Nesse sentido, ao longo da história percebe-se que as políticas nacionais voltaram-se principalmente para propostas de desenvolvimento industrial e integração da Amazônia ao território nacional.

2.2 – Mapeamento dos Programas e/ou Projetos de Desenvolvimento Sustentável implementados pela SDS/AM no Estado do Amazonas

A partir do levantamento documental e bibliográfico foi possível realizar um mapeamento dos Programas e/ou Projetos de Desenvolvimento Sustentável implementados pela SDS/AM no Estado do Amazonas, o que permitiu fazer a caracterização da política pública de desenvolvimento sustentável da SDS – AM.

QUADRO 1 – Levantamento Geral das Ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável Implementadas pela SDS no Amazonas.

PROGRAMA	PROJETOS
Programa Amazonas Ambiental	
Programa Amazonas Florestal	
Programa Amazonas Indígena	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar • Programa de Valorização e Organização de Artesanato • Programa de Fortalecimento das Organizações Indígena • Programa de Valorização e Promoção da Diversidade Cultural
Programa Amazonas Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Aproveitamento e Armazenamento de Água da Chuva – PROCHUVA • Projeto Corredores Ecológicos • Programa Pólo Cerâmico Iranduba e Manacapuru • Programa Extrativismo Mineral Familiar
Programa Estadual de Negócios Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Regionalização do Rancho do Exército – PRÉ RANCHO • Programa de Subvenção Econômica da Borracha • Programa de Regionalização da Merenda Escolar – PREME • Programa de Regionalização de Móveis Escolares – PROMOVE • Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
Programa de Desenvolvimento Sustentável Gasoduto Coari-Manaus	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Meu Lugar no Mundo • Projeto Apoio as Ações a Idosos e pessoas com necessidades especiais • Projeto Letramento através da Educação ambiental na área do Gasoduto • Projeto Prevenção a todo Gás • Programa de Fortalecimento das Organizações Comunitárias

Programa de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais	
Programa Zona Franca Verde	

Fonte: Elaboração da pesquisadora a partir das informações obtidas no relatório anual da SDS de 2008.

A literatura de planejamento na área social consultada (COHEN, 2003; BAPTISTA, 2000) aborda as diferenças conceituais entre Programas e Projetos sociais.

Um *programa* deve ser entendido como um conjunto articulado de projetos, cujo o caráter orgânico-institucional deve apresentar clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

Um *programa* é um conjunto de projetos que perseguem os mesmos objetivos. Estabelece as prioridades da intervenção, identifica e ordena os projetos, define o âmbito institucional e aloca os recursos a serem utilizados. As organizações responsáveis pelos programas são predominantemente públicas, mas existem também instituições privadas que operam dentro das diretrizes traçadas pelos órgãos de planejamento. O horizonte temporal dos programas são, em geral, de um a cinco anos, embora existam muitos que superam amplamente este período de vida (COHEN, 2003, p.85-86).

Batista (2000) também faz em sua abordagem uma diferenciação entre programas e projetos e diz que: “programa é o documento que detalha, por setor, a política, diretrizes, metas e medidas instrumentais [...]” (BATISTA, 2000, p.100), e “projeto é o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de um conjunto de ações” (BATISTA, 2000, p. 101).

Conforme a literatura consultada, existem duas modalidades de projetos: a) aquele que é vinculado a um programa (neste caso o projeto faz parte de uma nucleação de ações); b) aquele que não é vinculado a um programa (projeto isolado). Os estudos indicam que a primeira modalidade de projeto é preferencial no sentido de alcance de resultados de longo prazo voltados para transformação social e eficácia de políticas sociais públicas.

Para Cohen (2003), as organizações-agentes, ou seja, as instituições executoras das ações de um programa “pertencem tanto ao setor público como ao privado, e desenvolvem suas atividades na área do projeto. O período de implementação dos projetos normalmente

oscila entre um e três anos, mas pode ter uma duração muito maior quando é parte de um programa” (p.85)

Analisando o quadro 1, o qual apresenta os programas que compõem a estruturação da política pública de desenvolvimento sustentável da SDS/AM, verifica-se a relação entre os programas e seus projetos correlatos. Com base no referencial que foi apresentado anteriormente, entende-se que esses projetos deveriam constituir-se como um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo estabelecidos pela Instituição implementadora, seja um projeto vinculado a um programa, ou seja, um projeto isolado. Contudo, percebe-se no quadro 1, que após mapear os programas das SDS, observou-se que ações com nome de *programas* estão com status de *projetos* nas informações obtidas no relatório de 2008, assim como no *site* do referido órgão.

Com base na literatura, é possível refletir que não há uma clareza institucional sobre os critérios que definem o que são programas ou projetos. Verificou-se que os programas e projetos são descritos como se fossem um só, ou seja, não há distinção na caracterização dos mesmos, o que pode sinalizar para possíveis dificuldades em um processo de avaliação dos mesmos.

Quanto às dificuldades encontradas nesta pesquisa, foram identificadas alguns entraves durante o processo de levantamento documental para a análise de dados/informação sobre a SDS/AM. A seguir destaca-se os principais impasses encontrados:

1. Dificuldades de acesso aos documentos e informações institucionais - foi solicitado da SDS (mediante documentação protocolada na própria secretaria) no dia 30 de setembro de 2009, o acesso ao plano de ação e/ou política da secretaria, assim como todo material impresso referentes aos programas e/ou projetos implementados pela SDS, tais como: documentos oficiais, relatórios, folders, informativos, cartilhas, e mais o que houvesse. Em resposta a secretaria justificou que não disponibilizava desse material de forma impressa, por falta de recursos, e o que disponha eram as informações disponíveis no site da SDS. Contudo, durante o acesso ao *site* foi verificado que o mesmo se encontrava desatualizado e os dados contidos eram da gestão anterior, o documento mais recente além dos informativos diários era o relatório anual 2008.
2. Falta de clareza nas informações disponibilizadas nos relatórios (principalmente o relatório 2008) - o conteúdo apresentado não expressa clareza, uma vez que as informações descritas não contemplam dados elementares como o formato documental

e as ações dos programas e/ou projetos, destacando: objetivos, metodologias, público alvo entre outros. Pois essas informações não aparecem nos relatórios.

Apesar das dificuldades acima elencadas, buscou-se trabalhar com o material documental acessado junto à SDS/AM. As ações desta secretaria são materializadas em programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas.

Mas, diante do escopo desta pesquisa (que se configura como um projeto de iniciação científica), o foco voltou-se apenas para a análise dos programas desenvolvidos em Manaus, utilizando como critério: programas realizados em Manaus que sinalizam no seu formato documental (objetivos e/ou metodologia) alguma perspectiva de inclusão social. Com base nesse critério, o quadro a seguir apresenta esses programas.

QUADRO 2 – Levantamento dos Programas e/ou Projetos implementados pela SDS/AM em Manaus

PROGRAMAS	PROJETOS
Programa Estadual de Negócios Sustentáveis	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
	Projeto Corredores Ecológicos
Programa Gasoduto Coari-Manaus	Projeto Letramento através da Educação ambiental na área do Gasoduto
	Projeto Meu Lugar no Mundo
	Projeto Apoio as Ações a Idosos e pessoas com necessidades especiais
	Projeto Prevenção a todo Gás
	Programa de Fortalecimento das Organizações Comunitárias
Programa Zona Franca Verde	
Programa Amazonas Sustentável	

Fonte: Elaboração da pesquisadora a partir das informações obtidas no relatório anual da SDS de 2008.

Antes de adentrar-se na análise dos programas e/ou projetos implementados pela SDS/AM em Manaus, ressalta-se que esta pesquisa toma como referência as discussões teóricas de dois importantes autores que estudam os processos de avaliação de política pública na área social, a saber: Cohen (2003) e Baptista (2000).

Cohen (2003) afirma que,

No sentido amplo, a avaliação é o processo de gerar informação sobre as operações e o impacto da aplicação de programas, projetos e políticas [...] A pesquisa avaliativa é a aplicação de métodos empíricos ou de pesquisa à avaliação de programas para chegar a afirmações causais, e logicamente defensáveis, sobre a eficácia dos mesmos (HENNINGAN *et al.* 1982, 201) apud (COHEN, 2003,p.78).

Segundo Cohen (2003) A avaliação utiliza a metodologia da pesquisa como instrumento para determinar em que medida os projetos e/ou programas alcançam seus objetivos. Mas não se restringe ao instrumento. Persegue, em última instância racionalizar a alocação de recursos e, para isso, trata de maximizar a eficiência e a eficácia de ações que são dirigidas a modificar segmentos da realidade.

Cabe ressaltar, que em nosso objetivo nesta pesquisa não é de fazer uma avaliação dos resultados das ações (avaliação de eficácia) e nem dos processos relacionados ao custo-benefício dos resultados (avaliação de eficiência), o que nos levaria a um tipo de avaliação mais profunda sobre os impactos na realidade da população beneficiada (avaliação de eficácia). Pelo escopo deste estudo e, também, pelas condições reais de viabilidade técnica e política para se ter acesso as informações necessárias, ressalta-se que essa pesquisa tem como um dos seus objetivos específicos apenas realizar, por meio de um levantamento documental, o mapeamento dos objetivos, o público alvo e a metodologia dos programas e projetos implementados pela SDS/AM em Manaus, analisando a perspectiva de *inclusão social* que embasa a ação dos mesmos. Entende-se que os resultados desta pesquisa poderão servir de base para outras pesquisas avaliativas de maior escopo, no sentido de poder mensurar a eficácia e a efetividade de tais programas no sentido de contribuir realmente para um desenvolvimento ancorado no paradigma de sustentabilidade socioambiental.

A seguir serão apresentados quadros que condensam informações do formato documental/operacional dos programas, desenvolvidos em Manaus, ressaltando os objetivos, público-alvo, metodologia e organização-gente (instituição responsável pela execução do programa). Ver informações sobre os projetos desenvolvidos em Manaus nos apêndices.

QUADRO 3 - Programa Estadual de Negócios Sustentáveis

	DISCURSO INSTITUCIONAL DA SDS/AM OBTIDO EM LEVANTAMENTO DOCUMENTAL
OBJETIVO	Apoiar e estimular iniciativas de desenvolvimento sustentável dos recursos de natureza ambiental e de origem florestal, mineral, pesqueira e agropecuária, com ênfase na agregação de valor e geração de emprego e renda, para promover a inclusão social e econômica da população rural.
PÚBLICO-ALVO	Produtores familiares, médios e grandes produtores rurais; criadores; pescadores artesanais da pesca comercial; pescadores da pesca manejada; aquicultores – criadores de peixes e quelônios; armadores de pesca – proprietários de barcos de pesca; indústrias de processamento de pescado, indústrias de refeição em massa, agentes de comercialização de pescado: feirante, redes de supermercados; produtores extrativistas e agroindústrias
METODOLOGIA	A estratégia de implementação do Programa consiste na formação de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, buscando a otimização dos recursos disponíveis. Para tanto, a ADS já conta com o apoio de parceiros nas esferas municipal, estadual, federal e ainda, das organizações não governamentais.
EXISTE INCLUSÃO SOCIAL?	O Programa tem como objetivo a agregação de valor a produtos de seu público alvo e a geração de emprego e renda, <i>promovendo a inclusão social e econômica da população rural.</i>
ORGANIZAÇÃO-AGENTE	Coordenado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), e pela Agência de Agronegócios do Amazonas (AGROAMAZON).

FONTE: Elaboração da pesquisadora a partir das informações obtidas no relatório anual da SDS/AM de 2008.

QUADRO 4 - Programa Gasoduto Coari-Manaus

ITENS	DISCURSO INSTITUCIONAL DA SDS/AM OBTIDO EM LEVANTAMENTO DOCUMENTAL
OBJETIVO	O Programa teve como missão atenuar os impactos, multiplicando seus benefícios ambientais e sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável dos moradores residentes nas comunidades da área de influência do gasoduto Coari-Manaus

PÚBLICO-ALVO	Moradores residentes nas comunidades da área de influência do gasoduto Coari-Manaus Anamã, Anori, Caapiranga, Codajás, Coari, Iranduba, Manacapuru e Manaus.
METODOLOGIA	Como estratégia metodológica para elaboração do Programa, o Governo do Estado adotou a gestão participativa, realizando oficinas nas comunidades da sua área de abrangência, a partir das quais se consolidou o Programa com três diretrizes de atuação: promoção da cidadania, geração de renda e conservação do meio ambiente.
EXISTE INCLUSÃO SOCIAL?	Em seis missões realizada com o Barco Zona Franca Verde foram mais de 116 mil atendimentos prestados aos comunitários, caracterizando a primeira fase de implantação do Programa. Essas ações asseguraram dignidade e ampliaram o leque de oportunidades sociais para milhares de brasileiros até então esquecidos pelo poder público de seus direitos fundamentais.
ORGANIZAÇÃO-AGENTE	Coordenado pela Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – SDS entre outros parceiros.

FONTE: Elaboração da pesquisadora a partir das informações obtidas no relatório anual da SDS/AM de 2008.

QUADRO 5 - Programa Amazonas Sustentável

ITENS	DISCURSO INSTITUCIONAL DA SDS/AM OBTIDO EM LEVANTAMENTO DOCUMENTAL
OBJETIVO	Formular e acompanhar as políticas e programas de gestão ambiental e territorial, Promover a valorização socioambiental e a conservação da biodiversidade para o benefício de todos. Promover a gestão das Unidades de Conservação, através da formação de equipes técnicas multidisciplinares
PÚBLICO-ALVO	Ribeirinhos, indígenas, extrativistas, produtores rurais e empresários
METODOLOGIA	Não identificado
EXISTE INCLUSÃO SOCIAL?	O Programa Amazonas Sustentável desenvolvido pela SDS inclui a formulação de políticas públicas que buscam conciliar objetivo sociais, ambiental e econômico. Estão inseridas políticas de curto, médio e longo prazo para melhorar a qualidade de vida atual, sem prejudicar os direitos das próximas gerações
ORGANIZAÇÃO-AGENTE	Coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – SDS

FONTE: Elaboração da pesquisadora a partir das informações obtidas no relatório anual da SDS/AM de 2008.

Quadro 6 - Programa Zona Franca Verde

ITENS	DISCURSO INSTITUCIONAL DA SDS/AM OBTIDO EM LEVANTAMENTO DOCUMENTAL
OBJETIVO	Tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população do interior do estado e, ao mesmo tempo, a proteção do seu patrimônio natural
PÚBLICO-ALVO	Os beneficiados diretos do Programa do ZFV são os mini e pequenos produtores, micro e pequenas empresas dos setores primário, secundário e terciário que têm como atividade-fim de produção sustentável Florestal, pesqueira, agropecuária e mineradora baseada em matéria-prima e produtos da floresta
METODOLOGIA	Não identificado
EXISTE INCLUSÃO SOCIAL?	O Programa Zona Franca Verde pretende, [...] implementar uma agenda de trabalho para os segmentos mais excluídos da sociedade, com especial ênfase para os bolsões de pobreza de Manaus e das populações extrativistas, pescadores e indígenas mais isolados.
ORGANIZAÇÃO-AGENTE	Coordenado pelas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS e de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado – SEPROR.

FONTE: Elaboração da pesquisadora a partir das informações obtidas no relatório anual da SDS/AM de 2008.

A seguir, propõe-se fazer uma análise pautada no aporte teórico sobre avaliação de política pública, visando caracterizar as perspectivas de *inclusão social* subjacentes no formato documental e operacional dos Programas e/ou Projetos de Desenvolvimento Sustentável implementados pela SDS/AM em Manaus.

O levantamento das perspectivas de *inclusão social* foi realizado por meio da análise dos objetivos a serem alcançados e da metodologia utilizada na execução dos referidos programas e projetos.

Baptista (2000) assevera que a avaliação via de regra tem por base um ponto de vista peculiar, que determina o modo de perceber e de explicar as coisas e o mundo da pessoa que avalia, é este ponto de vista que fornece o referencial e os critérios sobre os quais se apóiam esses juízos. Isso significa que avaliar é tomar partido em relação à realidade analisada. Portanto, em seu processo, é fundamental ter explicitada a atitude, a posição crítica que irá nortear a percepção da situação. Assim, ressalta-se que a posição assumida na análise deste estudo está referendada pelas abordagens de participação cidadã e de inclusão social já apresentada anteriormente.

A análise das informações obtidas a partir da pesquisa documental dos programas e/ou projetos implementados pela SDS/AM em Manaus, permite afirmar que o recorte atual

da política pública de desenvolvimento sustentável desenvolvida por essa instituição sinaliza para uma política orientada, por meio de seus objetivos, para a *inclusão social*. Contudo, essa orientação revela problemas para sua real concretização, sobretudo no que se refere à garantia de acesso a bens e serviços sociais, haja vista que na análise dos dados/informações dos programas e/ou projetos – objetivos e metodologias, não foram identificadas ações efetivas de acesso à educação, saúde, previdência social, entre outros, – salvo o Programa de Gasoduto Coari – Manaus que foi bem expressivo nessa questão.

Destaca-se que a dificuldade de acesso às informações cruciais ao êxito desta pesquisa, como os documentos dos programas e ou projetos, haja vista que trabalhou-se apenas em cima de um relatório (2008) e das informações obtidas no *site* institucional, não permitem um maior aprofundamento analítico sobre as perspectivas de inclusão social subjacentes nas ações da SDS desenvolvidas em Manaus.

Essas questões configuram os principais impasses e dificuldades que de certa forma ocasionaram obstáculos ao andamento da pesquisa, haja vista que as informações como: os objetivos, o público alvo e a metodologia dos programas e projetos implementados pela SDS/AM, muitas vezes não constam na íntegra, o que só nos permitiu levantar algumas informações incompletas.

Essa dificuldade de acesso já indica a falta de publicização das informações institucionais para a população, o que inviabiliza qualquer processo de *participação cidadã* da população manauara junto aos mecanismos políticos de estruturação da política de desenvolvimento sustentável no Amazonas.

Quanto essa falta de acesso às informações, cabe ressaltar que tal fato fere o *princípio da publicidade*, que permeia toda a atuação da administração pública, direta, indireta ou fundacional, nos termos do artigo 37 °, caput, da Constituição Federal, a qual também estabelece em seu Artigo 5°,

o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou de interesse coletivo, que devem ser prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Diante da falta de acesso aos documentos e as informações institucionais e, também, da falta de clareza nas informações disponibilizadas no *site* e nos relatórios da SDS/AM, corrobora-se com Furriela (2002) quando argumenta que o direito de acesso à informação é indispensável para a garantia do direito ao meio ambiente equilibrado e saudável, direito

este amplamente citado na Agenda 21 e que está consolidado em tratados internacionais e garantido direta ou indiretamente no ordenamento jurídico brasileiro.

Pois, como determina o artigo 225, caput e VI, da Constituição Federal: a difusão de informações propicia a conscientização pública, sendo dever do Poder Público utilizá-la como instrumento para defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

O capítulo 8 da Agenda 21 destaca que deve ser assegurado o acesso do público às informações pertinentes, facilitando a recepção das opiniões do público e abrindo espaço para sua participação efetiva. O capítulo 23 dispõe que:

Indivíduos, grupos e organizações devem ter acesso à informação pertinente ao meio ambiente e desenvolvimento detida pelas autoridades nacionais, inclusive informações sobre produtos e atividades que têm ou possam ter um impacto significativo sobre o meio ambiente, assim como informações sobre medidas de proteção ambiental (FURRIELA, 2002, p.53).

Segundo Furriela (2002), o acesso às informações detidas pelos organismos com responsabilidades públicas deve servir para promover sua transferência e sua ampla divulgação. O fortalecimento de informações aos cidadãos sobre atividades que possam alterar ou impactar significativamente o seu meio ambiente, é um princípio que deve nortear a gestão ambiental, de forma a permitir a tomada de decisões e a promoção de ações visando à melhoria da qualidade de vida e do ambiente (FURRIELA, 2002, p.47).

Sob esta ótica, verifica-se que as informações disponíveis no site e nos relatórios de gestão da SDS/AM não são qualificadas ao ponto de permitir a participação da sociedade na construção e no processo decisório, ou seja, essa participação não poderá assumir uma forma efetiva como previsto na lei e na agenda 21.

Entende-se que a *inclusão social* se apresenta como um processo de atitudes afirmativas, no sentido de inserir, num contexto mais amplo, todos aqueles grupos ou populações marginalizados, restituindo a perda de auto-estima e de identidade de pertencer a um grupo social organizado. Considera-se que “a inclusão e a exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas” (FALEIROS, 2006, p.02).

Dessa forma, evidencia-se neste estudo, que a perspectiva de *inclusão social* apresenta-se no contexto da política pública de desenvolvimento sustentável como a busca da afirmação de direitos socioambientais. Assim, do ponto de vista da efetivação de direitos socioambientais, esta orientação da política pública de desenvolvimento sustentável introduz

uma nova e contraditória complexidade. Num plano, ao imprimir à necessidade de garantir o direito à participação, e não apenas a garantia do desenvolvimento econômico da região, mas novas perspectivas para o reconhecimento e concretização da participação cidadã. Noutra plano, ao condicionar o direito à participação, não apenas a critérios objetivos (ou de reuniões de legitimação de tomadas de decisões), mas a disponibilidade de ter acesso as informações, cuja concepção e avaliação fica presa ao corpo técnico da instituição.

2.3 Perfil das condições sócio-econômica do público-alvo do Programa de Compensação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari (Urucu) – Manaus

Neste item do trabalho, buscou-se cumprir o último objetivo específico da pesquisa, o qual visou: identificar o perfil das condições sócio-econômica do público-alvo do Programa de compensação ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari (Urucu)-Manaus, caracterizando as atividades desenvolvidas e as instituições executoras²

De acordo com o Coordenador do Programa entrevistado, o programa Gasoduto Coari-Manaus teve início no ano de 2004 e término em 2008.

Conforme o site oficial da Secretaria,

Este programa é resultado de um amplo processo de consulta em que participaram comunidades, movimentos sociais, ONGs, entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa, trabalhadores, poderes públicos e cooperativas. Coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), o programa é uma ação integrada de mais de 50 parceiros envolvidos (in site SDS/AM, 2009).

Baseado no “princípio ecológico da precaução”, o licenciamento ambiental do Gasoduto Coari-Manaus exigiu algumas condicionantes fundamentais a serem cumpridas pela Petrobras:

² Os dados/informações foram obtidos:

No site: http://www.sds.am.gov.br/programas_02.php?cod=1145, acessado no dia 25 de setembro de 2009.

No livro: Am 159 AMAZONAS. Governo do Estado. Gasoduto Coari- Manaus: um marco de desenvolvimento para a nossa gente/ Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus: SDS, 2009.

Entrevista com o Coordenador do Programa, em 12 de Julho de 2010.

evitar a erosão e o entupimento de igarapés; recuperar as áreas degradadas; não permitir, ao longo do duto, a construção de estradas perenes que permitam a invasão de terras e o desmatamento; adotar medidas restritivas à prostituição, com programas educativos e punitivos para trabalhadores da obra, priorizar a contratação de mão-de-obra local; além de programas de geração de renda para famílias de baixa renda; adotar procedimentos eficientes para evitar o aumento de doenças como a malária, entre diversos outros (in site SDS/AM, 2009).

De acordo com as informações do site da secretaria, o programa,

Além das medidas de prevenção de impactos ambientais, foi estruturado um Programa de Desenvolvimento Sustentável para as comunidades que estão na área de influência do Gasoduto Coari-Manaus, que conta com a participação de mais de 50 instituições, entre órgãos dos governos Municipal Estadual e Federal e instituições de pesquisa e ensino do Amazonas, além de Organizações Não-Governamentais. (in site SDS/AM, 2009).

Esse programa teve por objetivo:

Prevenir ou reduzir os impactos da obra do gasoduto por meio de ações socioambientais nos sete municípios que estão na área de abrangência do empreendimento, além de promover a cidadania, a conservação ambiental e a geração de renda, seguindo os princípios do Programa Zona Franca Verde (in site SDS/AM, 2009).

E como missão:

Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades residentes na área de influência do Gasoduto Coari-Manaus, como estratégia de mitigação dos impactos do empreendimento, em três frentes de atuação: promoção da cidadania, geração de renda e conservação do meio ambiente (in site SDS/AM, 2009).

Conforme o depoimento do coordenador do programa entrevistado, a legislação que fundamenta o programa é a 01/06 – CONAMA, que obriga todo empreendedor antes de executar suas obras fazer o estudo e o relatório de impacto ambiental com *ações compensatórias, para minimizar os possíveis impactos*, e isso se aplica ação em vários aspectos: social, econômico, ambiental entre outros. A legislação prever ainda que as *ações compensatórias* podem ser realizadas pelo empreendedor ou por outra entidade. Além disso, o programa também tem como base a política nacional de meio ambiente e a legislação nacional (entrevista com o coordenador do programa em julho de 2010).

O coordenador enfatizou que o programa considera questões preconizadas no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, sobre isso afirma que:

O EIA/RIMA obriga que o estudo e o Relatório seja feito por técnicos especializados e o envolvimento de todos os atores sociais, nesse sentido teve audiência em vários municípios, era preciso ouvir as comunidade que iriam sofrer diretamente esse impacto, o estudo de impacto - o relatório pede numa linguagem mas popular para o que o cidadão comum entenda, a legislação assegura que ele seja facilitado à participação dos interessados, no caso do gasoduto, a comunidade teve oportunidade de participar, o *Movimento da Pastoral da Terra*, o Conselho de Desenvolvimento Humano - CDH tiveram um papel importante nesse processo pois, fomentaram á audiência municipais locais, pois, as audiências com as autoridades inibiam a participação. Nesse sentido, essas instituições tiveram um papel fundamental, diziam aos comunitários “as cartas são nossas”. Em função dessa ação pedagógica, a participação teve um grande avanço (entrevista com o coordenador do programa em julho de 2010).

A Análise deste processo revela uma concepção de participação que se aproxima da concepção de *participação cidadã*, que segundo Teixeira (2001) contempla dois elementos contraditórios presentes na atual dinâmica política. Primeiro, o *fazer ou tomar parte*, no processo político-social, por indivíduos, grupos, organizações que expressam interesses, identidades, valores que poderiam se situar no campo do *particular*, mas atuando num espaço da heterogeneidade, diversidade, pluralidade. O segundo elemento, a *cidadania*, no sentido *cívico*, enfatizando as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres. De acordo com o autor, a dimensão cívica articula-se à idéia de deveres e responsabilidades, a propensão ao comportamento solidário, inclusive relativamente aqueles que, pelas condições econômico-sociais, encontram-se excluídos do exercício dos direitos, do *direito a ter direito*.

O coordenador entrevistado relatou ainda:

no inicio do programa não se tinha pensando no social, esse interesse veio de audiências publicas, a questão da responsabilidade social não estava bem claro. Outra questão diz respeito à mão de obra que tinha que ser local, isso foi um avanço importantíssimo, pois foi reduzida a imigração, exploração sexual, desagregação familiar. Isso foi uma decisão da SDS, mas foi também uma cobrança dos comunitários. (entrevista com o coordenador do programa em julho de 2010)

O público-alvo do programa abrangeu as “comunidades da área de influência no total de 135 pertencentes aos municípios de Coari, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba” (in site SDS/AM, 2009).

O quadro a seguir apresenta a estruturação dos projetos que estão vinculados ao Programa de Compensação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari

(Urucu) – Manaus, identificando as instituições executoras dos mesmos (ver detalhes dos projetos nos apêndices).

QUADRO – 07 Projetos vinculados ao Programa de Compensação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari-Manaus

PROJETOS	INSTITUIÇÕES EXECUTORAS
<i>MEU LUGAR NO MUNDO</i>	Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS/AM
<i>LETRAMENTO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL</i>	Universidade Estadual do Amazonas – UEA e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS/AM
<i>ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA</i>	Conselho Nacional dos Seringueiros e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas – SEBRAE/AM, sob coordenação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS/AM
<i>APOIO AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS</i>	Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS/AM
<i>PREVENÇÃO A TODO GÁS</i>	Fundação Alfredo da Mata – FUAM e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS/AM

Fonte: Elaboração da pesquisadora a partir das informações obtidas no relatório anual da SDS de 2008.

Para fazer a identificação do perfil socioeconômico e de sustentabilidade das comunidades que pertenciam aos municípios da área de abrangência do programa, a equipe técnica do programa utilizou a chamada *matriz de sustentabilidade* “um instrumento que permitiu aos técnicos do programa planejar ações prioritárias com base na participação coletiva” (in site SDS/AM, 2009).

De acordo com informações do site da secretaria

O modelo continha uma escala colorimétrica, dividida em quatro níveis com projeção em direção à sustentabilidade, que identificava o estágio de desenvolvimento de cada comunidade, partindo de uma base de dados levantados junto às famílias pela equipe de técnicos previamente qualificados para essa etapa do trabalho.

O Programa conduziu suas atividades para o acesso à cidadania, o aumento da renda e conservação ambiental, essas ações tinham como base os *diagnósticos participativos* que teve por objetivo: “mapear o estado atual do desenvolvimento sustentável de cada comunidade”. A partir desse mapeamento, foi feita a identificação das principais características, demandas e oportunidades para a promoção do desenvolvimento sustentável. “Os questionários da base familiar de cada comunidade geraram uma série de informações que alimentaram o banco de dados e qualificaram as famílias dentro da Matriz de Sustentabilidade” (in site SDS/AM, 2009).

Nessa Matriz, os comunitários priorizavam os investimentos que beneficiaram coletivamente a vida na comunidade. De acordo com os dados da secretaria, “o resultado dessa ação gerou os 135 Planos de Investimentos Social, Ambiental e Econômico. A execução desses Planos de Investimentos Social, Ambiental e Econômico, levou as comunidades a avançarem em direção a sustentabilidade”. (in site SDS/AM, 2009).

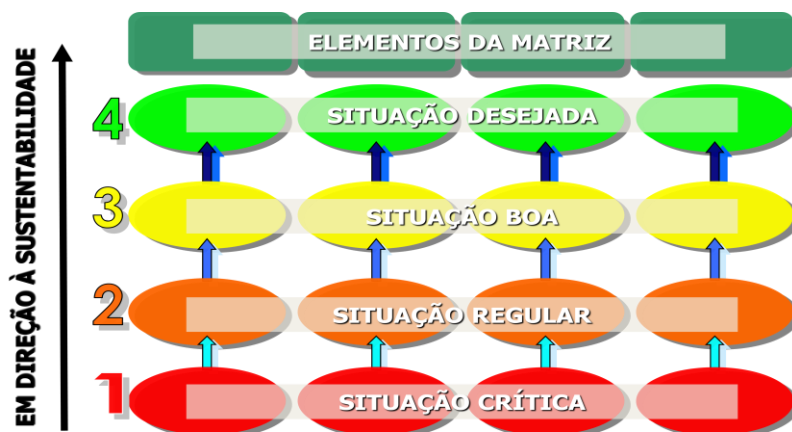


Figura 03: Matriz de sustentabilidade

FONTE: Relatório SDS-2008

De acordo com o Relatório 2008 da SDS, a matriz de sustentabilidade obedece aos seguintes níveis:

O nível 1 determina a situação de exclusão, desagregação e formas simples ou inexistentes de organização social. Trata-se de uma situação limite. A subsistência é a única motivação deste nível.

O nível 2 define uma situação básica de regularização. Há uma organização familiar estruturada, uma estrutura social vinculada ao Governo Municipal e relações comerciais primitivas.

O nível 3 demonstra uma situação de desenvolvimento comunitário. Ações conjuntas são elaboradas pelos produtores visando reduzir seus custos e garantir uma renda mais constante.

O nível 4 mostra a independência da comunidade. Contratos de fornecimentos e acesso bancário permitem um planejamento de longo prazo. Busca-se então aumentar o valor agregado dos produtos produzidos pela Comunidade.

QUADRO 8 – Os temas e os indicadores de análises mapeados pela Matriz de sustentabilidade

TEMAS	INDICADORES DE ANÁLISE
Habitação	Ecovila; Modelo regionalizado de moradia com insumos locais; Moradias precárias.
Água	Tratamento e rede de distribuição comunitária; Poços Com cloração; Cisterna Com cloração e sulfatação; Coleta direta Sem tratamento;
Transporte/ (logística)	armazenagem
Agropecuária	
Turismo Sustentável	
Acesso à soluções tecnológicas	
Acesso a crédito	
Saúde	Equipe de saúde da família e acesso a serviços especializados ambulatorial e hospitalares; Unidade básica de saúde Equipe de saúde da família; Agente Comunitário de Saúde (ACS) regular; Sem acesso a ações e serviços básicos.
Energia	Energia limpa; Energia contínua, com rede de distribuição; Gerador individual; Lâmpada ou poronga.
Organização Social	Organizações comunitárias empoderadas; Organizações comunitárias formalizadas; Grupos e organizações comunitárias informais; Inexistência de organização.
Territorialidade	
Acesso ao mercado	
Educação	Acesso ao ensino superior, médio e fundamental; Acesso ao Ensino médio e Educação profissional; Acesso ao Ensino fundamental e alfabetização de jovens e adultos, Sem acesso à escolarização
Patrimônio	Patrimônio protegido, sinalizado para usufruto público, gerenciado pela comunidade; Patrimônio

	parcialmente protegido; Patrimônio identificado porém não protegido; Patrimônio não identificado sujeito a depredação.
Pesca	
Produção florestal	
Aquicultura	
Regularização fundiária	Título definitivo e concessão de uso; Carta de anuência, autorização de posse, certidão; Processo de regularização em andamento; Sem documentos da terra;
Documentação pessoal	Documentação Completa; RG, CPF Acesso a programas sociais; Certidão de nascimento; Sem documentos.
Segurança alimentar	Alimentação Balanceada; Alimentação enriquecida; Alimentação básica; Risco alimentar.
Verticalização da Produção	
Comunicação	Ilhas digitais (Internet) Telefonia; Rádio Comunicação; Isolado.
Lixo	Coleta seletiva e Reciclagem; Coleta e Tratamento básico; Queima; Céu aberto E cursos d'água;
Esgoto	Biodigestor ou tratamento biológico; Sanitário seco/fossa isolada com sumidouro; Fossa negra com pedra sanitária; Fossa rasa a céu aberto;
Segurança pública	Posto policial com policiamento; Policiamento freqüente; Policiamento esporádico; Inexistência de policiamento;
Cultura e lazer	Programas freqüentes de cultura e lazer com profissionais qualificados; Programas freqüentes de cultura e lazer com comunitários; Programas esporádicos de cultura e lazer; Inexistência de programas culturais e lazer.
Assistência técnica e extensão rural	

FONTE: Elaboração da pesquisadora a partir das informações obtidas no relatório anual da SDS/AM de 2008.

Assim, nesse estudo, baseado nos dados e informações obtidos mediante a análise documental do programa, evidencia-se o perfil socioeconômico e de sustentabilidade da comunidade de Paricatuba, a qual está localizada a 37 km de Manaus e a 12 km do Município de Iranduba no Amazonas. Segundo dados da secretaria essa comunidade tem um total de 680 pessoas e 140 famílias.

DADOS SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE PARICATUBA

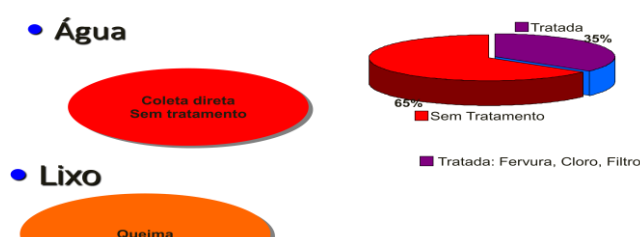


GRÁFICO 01 – Demonstração do diagnóstico sobre a água e lixo da comunidade Paricatuba.
 FONTE: SITE SDS, 2009.

• Saúde

Unidade básica de saúde
 Equipe de saúde da família

Doenças mais frequentes

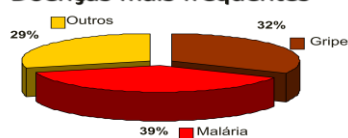


GRÁFICO 02 – Demonstração do diagnóstico sobre a saúde na comunidade de Paricatuba.
 FONTE: SITE SDS, 2009.

• Educação

Acesso ao Ensino fundamental

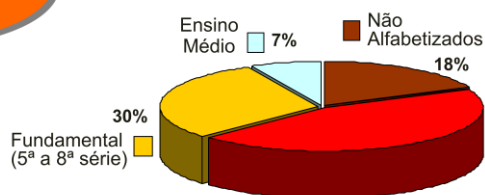
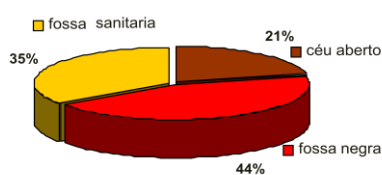


GRÁFICO 03 – Demonstração do diagnóstico sobre a educação na comunidade de Paricatuba.
 FONTE: SITE SDS, 2009.

Na comunidade há 10 pessoas graduadas e 1 pessoa com nível técnico.

• Esgoto

Fossa rasa a céu aberto



• Energia

Energia contínua, com rede de distribuição

Energia 24h, monofásica inadequada para o funcionamento de máquinas e motores.

GRÁFICO 04 – Demonstração do diagnóstico sobre a esgoto e energia na comunidade de Paricatuba. • **Habitação**

FONTE: SITE SDS, 2009.

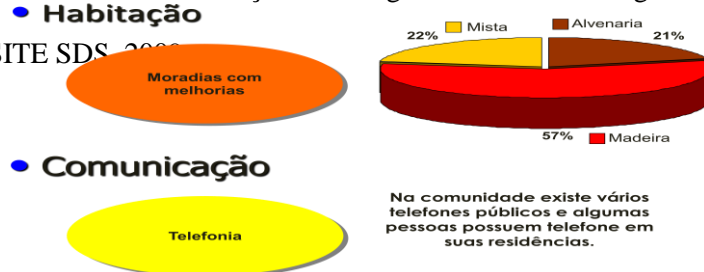


GRÁFICO 05 – Demonstração do diagnóstico sobre a habitação e comunicação na comunidade Paricatuba.

FONTE: SITE SDS, 2009.

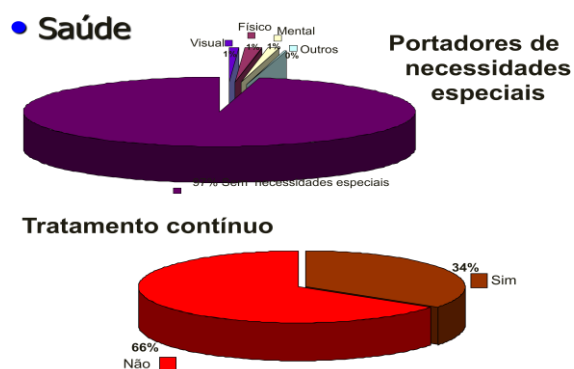


GRÁFICO 06 – Demonstração do diagnóstico sobre a habitação e comunicação na comunidade de Paricatuba.

FONTE: SITE, SDS 2009.

Percentual de famílias por atividade produtiva primária

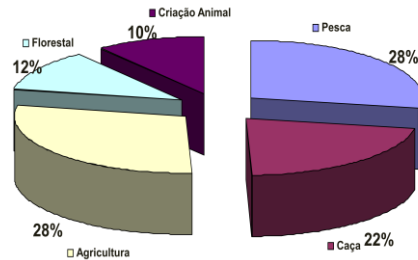


GRÁFICO 07 – Demonstração do diagnóstico sobre o percentual de famílias por atividade produtiva primária na comunidade de Paricatuba.

FONTE: SITE SDS, 2009.

• Regularização fundiária



Na sua maioria o único documento existente é um recibo de compra de benfeitoria.

• Organização Social






Associação local formalizada com CNPJ, estatuto, eleição para presidente, ampla representatividade na comunidade

GRÁFICO 08 – Demonstração do diagnóstico sobre regularização fundiária e organização social na comunidade de Paricatuba.

FONTE: SITE SDS, 2009.

QUADRO RESUMO DO PLANO DE INVESTIMENTOS DA COMUNIDADE DE PARICATUBA

Linhas de Sustent.	Dimensões da Matriz	Resultados Esperados	Beneficiários	Custo Programa	Custo Parceiros	Custo Total
SOCIAL 	Água	Abastecimento de água potável na Comunidade de Paricatuba	680 pessoas	7000	13000	20000
	Educação	Redução do índice de analfabetismo entre jovens e adultos dos atuais 18% para 2% na Comunidade de Paricatuba Melhoria da infra-estrutura da escola municipal da comunidade	60 alunos	13000	15000	28000
	Segurança Pública	Adequação da Iluminação pública na Comunidade	680 pessoas	10000	2000	12000
AMBIENTAL 	Lixo	Normalização da Coleta de lixo na Comunidade	680 pessoas	-	Prefeitura	-
	Esgoto	Adequação dos sanitários em 100% das residências	80 famílias diretamente	10000	Comunidade.	10000
	Igarapés	Proteção e recuperação das margens dos igarapés	680 pessoas	5000	-	-
ECONÔMICO 	Turismo sustentável	Recuperação da infra-estrutura turística do Patrimônio histórico da Comunidade Melhoria da infra-estrutura e dos serviços aos turistas no verão	50 famílias*	50000*	-	40.000
	Pesca	Orientação técnica e crédito disponibilizado na comunidade	25 famílias*	15000* *	-	10000
	Produção Florestal	Planos de manejo florestal e produção de móveis e artesanato com madeira de origem legal	5 famílias*	10000* *	-	5000
	Produção Agropecuária	Ampliação da produção agrícola da comunidade (com foco na fruticultura e horticultura)	20 famílias*	10000* *	-	5000
Total de Investimentos				160000	30000	160000

*Estimativa de número de famílias com base nos dados do Levantamento Integrado de Campo

** A ser realizado pelos parceiros com recursos do Programa de Compensações, inclui os custos de Assistência e Capacitação técnica e valores estimados de ação creditícia da carteira ZFV/Gasoduto Coari-Manaus (a carteira tem 50% de contrapartida da AFEAM)

FIGURA 04 – Resumo dos Investimentos na comunidade de Paricatuba
FONTE: SITE SDS/AM, 2009.

Os recursos financeiros segundo o coordenador do programa vieram da Petrobrás, os quais de acordo com o relato do coordenador foram suficientes para as ações daqueles projetos, mas não foram suficientes para suprir as todas as necessidades daquela população, considerando a situação de miséria e pobreza em que vivem essas pessoas.

O coordenador entrevistado afirmou que os projetos tiveram como foco de ação os aspectos da questão socioambiental: a inclusão social, a cidadania, o acesso a saúde, educação, geração de renda, trabalho, habitação conservação da natureza entre outros. Discorreu que na área da saúde, as comunidades tiveram acesso a varias especialidades de profissionais e serviços.

No ano 2004-2005 o programa teve um foco muito grande nas ações de acesso à cidadania como expedição de documentos entre outros, nessa ação foram mais de 30 parceiros (coordenador do Programa, entrevistado em julho de 2010).

O coordenador afirmou, ainda, que o programa Gasoduto Coari-Manaus permitiu o acesso a diversos programas nacionais e direitos sociais como: auxílio maternidade, auxílio reclusão, auxílio - defeso entre outros.

Conforme levantamento documental, que a SDS divulga que o programa desenvolveu ações visando reduzir as dificuldades relacionadas à garantia de direitos civis das populações residentes na área de influencia do gasoduto, como pode ser depreendido da citação a seguir:

A viabilização da documentação básica à população foi uma das alternativas iniciais para garantir acesso, 15 oportunidades de inserção na sociedade, proporcionando, dessa forma, a cidadania de fato e direito, 1.211 certidões de nascimento, 6.120 carteiras de identidade (1 a e 2a via), 5.120 CPFs (1 a e 2a Via), 5.045 carteiras de trabalho (1 a e 2a via) e outros documentos foram emitidos. Ao final do Programa, foram 22.141 documentos expedidos, favorecendo o acesso aos programas sociais disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual, como por exemplo, o Programa Bolsa Família, o Projeto Cidadão e as aposentadorias, realidade muito distante do homem do interior devido aos grandes desafios logísticos para chegar até aos municípios e a capital Manaus em busca do reconhecimento e acesso aos programas sociais (in site SDS/AM, 2009).

Segundo o discurso oficial da SDS, “com a documentação básica expedida, as famílias das comunidades da área de influência do empreendimento tiveram acesso a benefícios da seguridade social como, aposentadoria, pensão, auxílio reclusão, auxílio maternidade, dentre outros” (in site SDS/AM, 2009). Segundo a SDS, após a obtenção do recurso desses benefícios sociais, a renda dos comunitários aumentou, propiciando o fortalecimento das economias dos municípios beneficiados pelo Programa.

Outra iniciativa de grande alcance social foi o apoio dado às famílias vulnerabilizadas da área de influência do empreendimento, por meio de ações voltadas para assegurar aos comunitários o acesso aos benefícios da seguridade social. Dentre os benefícios concedidos destacam-se: “aposentadoria por idade; auxílio-doença previdenciário e auxílio-doença por acidente de trabalho; Aposentadoria por invalidez e aposentadoria por invalidez acidentária” (in site SDS/AM, 2009). No Barco Zona Franca Verde, instrumento de acesso aos serviços do Programa às populações do entorno da obra, “foram realizados 91.714 serviços de saúde, incluindo atendimentos médicos, odontológicos, enfermagem, laboratorial, farmácia básica, protéticos, dentre outros serviços de saúde básica e preventiva” (in site SDS/AM,

2009). O fato é que “a maioria dos atendidos não recebiam serviços médicos em especialidades como Pediatria, Ginecologia, Oftalmologia, e também não haviam feito exames de ultrassonografia” (in site SDS/AM, 2009).

Conforme levantamento documental, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari-Manaus vem sendo analisado como um programa que “intensificou ações de capacitação nas áreas do manejo de cadeias produtivas estratégicas, de maior potencial, como produção florestal, agropecuária familiar, manejo de lagos, pesca, piscicultura e manejo de pequenos animais “(in site SDS/AM, 2009).

De acordo com coordenador do Programa entrevistado:

as ações visavam um resultado em curto prazo, com relação a cobertura do público-alvo o coordenador afirmou que diante do que foi previsto pelo programa teve resultado positivo, mas que por exemplo o projeto “letramento através da educação ambiental” não foi possível alcançar 100% de aproveitamento pois, teve pessoas que apesar do incentivo não conseguiu terminar o curso (coordenador do Programa, entrevistado em julho de 2010).

O coordenador também afirmou que o programa teve uma significativa participação das comunidades, destacou que esse processo levou a uma auto-gestão dos comunitários com os recursos do programa, e que muitos deles não acreditavam que fosse feito o que fora acordado nas audiências. O coordenador afirma que o programa promoveu inclusão social e empoderamento social, acesso à cidadania, aos programas sociais, aos direitos sociais.

De acordo com o coordenador entrevistado:

Foi feito um multidão para definir o que seria feito, para eles já estava claro a questão da Geração de renda e da alfabetização, mas outros serviços surgiram ainda, já nesse multidão deram início ao projeto *apoio as pessoas com necessidades especiais*, com uma ajuda material cesta básica, aposentadoria. Assim viram a necessidade de trabalhar os outros projetos, a partir da matriz de sustentabilidade foi possível fazer o mapeamento de cada comunidade, das ações estruturantes das obras e os equipamentos. (coordenador do Programa, entrevistado em julho de 2010).

O coordenador enfatizou que o programa proporcionou “o resgate á cidadania, o empoderamento social, a participação, geração de renda. Esse programa foi muito importante para essas comunidades, foi fundamental, pois diminuiu o analfabetismo”. Finalizou ressaltando a necessidade de “que os parceiros pudessem dá continuidade a esses projetos”.

Analisando o discurso oficial da SDS/AM mediante as informações obtidas no site e documentos institucionais, assim como pela fala do coordenador do programa entrevistado, observa-se que esse discurso está sintonizado com a discussão atual sobre sustentabilidade do desenvolvimento e da inclusão social. Contudo, entende-se que é necessário desvelar esse discurso por meio de outras pesquisas que enfoquem o discurso dos usuários dos serviços destes programas, para que seja dada voz a comunidade beneficiária do programa. No discurso, a retórica sinaliza para processos de inclusão social, contudo, neste estudo entende-se que é necessário novos processo de investigação científica, que possam realizar uma reflexão crítica da concretude deste discurso pelos resultados práticos na ótica daqueles que foram os sujeitos deste processo, como atores sociais e cidadãos.

Analisando o recorte das ações locais de tais programas e ou projetos desenvolvidos em Manaus, verifica-se que há um investimento na política pública da SDS/AM voltado para a busca da propagação dos direitos socioambientais. A Agenda 21 no Cap. 3 assevera que:

A fim de que uma estratégia possa fazer frente simultaneamente aos problemas da pobreza, do desenvolvimento e do meio ambiente, é necessário que se comece por considerar os recursos, a produção e as pessoas, bem como, simultaneamente, questões demográficas, o aperfeiçoamento dos cuidados com a saúde e a educação, os direitos da mulher, o papel dos jovens, dos indígenas e das comunidades locais, e, ao mesmo tempo, um processo democrático de participação, associado a um aperfeiçoamento de sua gestão.

Contudo, adverte-se apoiado no pensamento de Teixeira (2001), que o âmbito da participação cidadã é mais amplo que sua relação com o Estado, procurando-se fazer com que se estenda ao mercado, ao qual se oferecem parâmetros de atuação compatíveis com os interesses do conjunto da sociedade numa lógica de desenvolvimento sustentável. Esses parâmetros podem resultar de um processo de debate público, da negociação entre diferentes atores e da monitoração de sua aplicação.

Nesse contexto, Sposati (2008) assevera que a passagem da exclusão para a inclusão não é instantânea e nem se faz de uma só maneira. E a *inclusão social*, também, pela própria fragmentação dos programas sociais, se dá a partir de uma necessidade instituída. Com isto, a própria fragmentação é uma forma de não dar conta de todas as particularidades, de todas as esferas de necessidades, de carências das pessoas. Logo, é importante concretizar a participação cidadã da população na dinâmica dos processos decisórios, incluindo todos os aspectos e dimensões da vida humana.

Face às dificuldades levantadas e sem prejuízo de algumas dimensões positivas que se observam, sobretudo, no que se refere às ações pioneiras da secretaria na tentativa implementar políticas voltadas para a sustentabilidade, pode-se afirmar com base na análise documental que a política pública de desenvolvimento sustentável da SDS tem iniciativas para a inclusão social. Todavia, em alguns programas o desenvolvimento econômico é mais evidente e o processo de inclusão social se mantém, mas de forma bem tímida.

Esta tarefa ultrapassa o âmbito econômico e exige o engajamento contínuo do poder público através de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, baseada nas cinco dimensões propostas por Sachs (2002) – econômico, social, ambiental, espacial, cultural, com medidas de caráter educacional e preventivo que devem permear as ações dos governos estaduais e municipais.

Portanto, os programas e/ou projetos desenvolvidos pela SDS/AM encaram o problema da exclusão de forma parcial, todavia, a inclusão social torna-se viável somente quando, através da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e consegue - além de emprego e renda - acesso à moradia decente, saneamento básico, atividades culturais e serviços sociais, como educação, saúde, previdência e assistência social, entre outros.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como propósito contribuir para o debate sobre as políticas públicas adotadas para a região amazônica, que historicamente possuem lógicas opostas aos interesses e demandas de vastos segmentos das populações amazônicas, tendo em vista que estas sempre foram justificadas sob a alegação da premente necessidade de desenvolver e integrar a região aos centros dinâmicos do país e à economia internacional. Entende-se que os estudos realizados sobre políticas públicas, em particular as de cunho social, na área das Ciências Sociais Aplicadas são extremamente fecundos, porém os debates e estudos sobre políticas públicas ambientais que envolvem a expressão socioambiental da Questão Social ainda são limitados, principalmente se for considerada a relevância desta temática considerando as peculiaridades demandadas pelas populações no meio rural.

Diante da complexidade da questão socioambiental, o desafio de transformação social enfrenta uma multiplicidade de fatores intervenientes, o que demonstra que não existe uma solução

única e milagrosa. O processo de construção de uma sociedade democrática, apesar dos avanços indubitáveis já realizados, será longo e árduo, devido às resistências das forças autoritárias e conservadoras em cada uma das sociedades nacionais e na estrutura de poder internacional.

Os resultados dessa pesquisa apresentados mediante levantamento bibliográfico e documental expressam a caracterização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS, e de sua política pública de desenvolvimento sustentável, bem como a caracterização da concepção de desenvolvimento sustentável que permeia tal política.

Por meio do mapeamento dos programas e/ou projetos de desenvolvimento sustentável desenvolvidos pela secretaria, foi possível selecionar os programas e/ou projetos desenvolvidos em Manaus cujos os objetivos sinalizavam para processos de inclusão social.

A dificuldade de acesso aos documentos e as informações institucionais e a falta de clareza nas informações disponibilizadas no site e nos relatórios da instituição ocasionaram alguns transtornos ao andamento da pesquisa, mas nada que nos fizesse pensar em desistir, ao contrário, tais obstáculos podem ser encarados como desafios. Diante disso, vimos à necessidade de buscar referências teóricas que pudessem justificar e contextualizar essa questão.

Deste modo, partilha-se do ponto de vista de Furriela (2002), tendo em vista que a autora assinala que os cidadãos devem ter acesso à informação de forma a garantir a melhoria da qualidade das decisões tomadas e de sua implementação e contribuir para o conhecimento geral do público sobre as questões socioambientais. Vimos que as leis brasileiras vigentes e o arcabouço jurídico internacional em vigor e em formulação, demonstram a consolidação do direito dos indivíduos de acesso às informações relativas ao meio ambiente. E no caso específico desta pesquisa, ressalta-se o direito de acesso às informações das ações públicas voltadas para o enfrentamento das questões socioambientais junto a SDS/AM.

No que se refere à formação acadêmica do Assistente Social, acredita-se que esta pesquisa promoveu à pesquisadora um processo de formação de competência científica, assegurando aprofundamento teórico e conhecimento das questões socioambientais, favoráveis à formação do assistente social, tendo em vista que essa temática de estudo é uma demanda emergente na formação profissional.

Desse modo, observou-se que há necessidade de se compreender que a questão social (que é a base material da ação do serviço social) deve ser entendida como uma questão socioambiental, para que no âmbito das ações interventivas do assistente social seja considerado esse prisma de entendimento, o qual revela que as políticas públicas devem ser elaboradas e implantadas sob o paradigma de sustentabilidade. Contudo, ressalta-se que essa noção de sustentabilidade deve

envolver realmente as cinco dimensões citadas por Sachs (2002), ou seja, as dimensões sociais, políticas, ambientais, culturais e espaciais voltadas para processos efetivos de inclusão social.

FONTES E REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Valéria. Direito Socioambiental. In: Almanaque Brasil Socioambiental (2008): uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. Editores gerais: Beto Ricardo e Maura Campanili. 2º Ed. São Paulo: ISA, 2007, pgs (236 a 240).

BELLEN, Hans Michael. Indicadores de Sustentabilidade uma análise comparativo. Ed FGV, RJ, 2005.

BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

BURKETT, Paul. Capital e Natureza. Entrevista com Paul Burkett por João Aguiar. Em 24.Jul.07. Disponível em< <http://odiario.info/index.php> >. Acesso em: 18 de outubro de 2009.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4ª edição. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 2002.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson Notas sobre cidadania e Modernidade. Ver. Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social. UFRJ/ PPGESS – Vol I. NºI. P. – primeiro semestre de 1997. Pág. 145.

COVRE, M. L. M. e MANZINI-COVRE, M.L. O Que é Cidadania? - 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. Documento: Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas. LC/W.126 Copyright © Nações Unidas, Junho de 2007. Santiago, Chile.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas Públicas e Sociais. In: CARVALHO, Alison et al. Políticas Públicas. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG. 2003.

CHAVES, Maria do P. S. Rodrigues *et al.* Serviço Social e Meio Ambiente: aliança entre saberes técnicos-científicos e tradicionais na Amazônia. In: XI Congresso Brasileiro de Serviço Social. O

Serviço Social e a Esfera Pública no Brasil o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos. 2004, Fortaleza. Anais

DEMO, Pedro. Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas São Paulo: autores associados, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 4ª Ed.; São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

EUZÉBY, Chantal. A inclusão social: o maior desafio para os sistemas de proteção social. In: SPOSATI, Adaílza (Orgs). Proteção social e cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Inclusão Social e Cidadania. In: Conference on Social Welfare, Brasília ICSW32, julho de 2006.

FERREIRA, Leila da Costa. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas ambientais no Brasil. São Paulo, Ed. Boitempo, 1998.

FURRIELA, Raquel Biderman. Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. In: Crítica Marxista. [S.l.: s.n.], [199?a]. p. 105-117.

FREITAS, Marcílio de. Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer /Marcílio de Freitas (com a colaboração de Walter Esteves de Castro Júnior). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FREITAS, Marcílio de (Coord). Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza/Marcílio de Freitas (Org.); Colaboradores Olivier Meurier et al. - Manaus: EDUA, 2005. V. 1.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente / Edna Castro, Florence Pinton (orgs). – Belém: Cejup : UFPA-NAEA, 1997.

GODARD, Oliveir. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire, WEBER, Jacques (Orgs). Gestão de recursos naturais e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª Ed.; São Paulo: Cortez, 2002.

JACOBI, Pedro, Org. Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189 – 205, março/ 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 19 de Agosto de 2009.

JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, Paulo Freire, WEBER, Jacques (Orgs). Gestão de recursos naturais e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª Ed.; São Paulo: Cortez, 2002.

KITAMURA, Paulo Choji. A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: EMBRAPA – SPI, 1994.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental; Tradução de Sandra Venezuela. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In REIGOTA, Marcos (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. (p.111-129).

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder/; Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARX, Karl. A ideologia Alemã. São Paulo Martins Fontes, 1998.

NETTO, José Paulo. Economia política: uma introdução crítica – Jose Paulo Netto e Marcelo Braz. São Paulo: Cortez, 2006. (biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NOGUEIRA, Marinez Gil; CHAVES, Maria do P. S. Rodrigues. Desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideo-políticas conceituais. In: Revista Somanlu. Ano 5 nº 01. Amazonas: EDUA, jan/jun. 2005.

_____. Biotecnologia, Uso Sustentável da Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados: Visão dos Agentes Acadêmico-Científicos de Biotecnologia do Amazonas. Tese de doutorado, Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia, UFAM/INPA, (mimeo), 2007.

POCHMANN, Marcio. (Org). Políticas de Inclusão/ Social: resultados e avaliações. São Paulo: Cortez, 2004.

SACHS, Ignacy. STROH, Paula Yone (org.) Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. IN: VIEIRA, Paulo Freire, WEBER, Jacques (Orgs). Gestão de recursos naturais e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª Ed.; São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em < <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 19 de Agosto de 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SDS/AM. Relatório Anual 2008. Disponível em:<<http://www.sds.am.gov.br>>. Acesso em: 19 de Maio de 2009.

SPOSATI, Adaílza (Orgs). Proteção social e cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Adaílza .A fluidez da inclusão/exclusão social. Cienc. Cult. vol.58 nº.4 São Paulo Oct./Dec. 2006. Disponível em:< <http://cienciaecultura@sbpcnet.org.br>> .Acesso em 13 de Junho de 2009.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife,EQUIP; Salvador: UFBA,2001.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. IN: SHERER, Elenise (Org.). Questão social na Amazônia. Manaus: EDUA, 2009.

VIEIRA, Paulo Freire, WEBER, Jacques (Orgs). Gestão de recursos naturais e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª Ed.; São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. IN: VIOLA, Eduardo J. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. 2 ed. – São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

VIANA, Gilney. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. In: VIANA, Gilney (Org.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

ZABOT, João Batista. Gestão do conhecimento de aprendizagem e tecnologia construindo a inteligência coletiva. Ed Atlas, SP, 2000.

CRONOGRAMA EXECUTADO

Nº.	Descrição	Ago 2009	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2010	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	Qualificação do projeto	X	X	X									
2	Pesquisa Bibliográfica e Documental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3	Discussão e fichamento do material selecionado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4	Contato preliminar com a instituição onde é desenvolvido o projeto					X							
5	Elaboração dos instrumentais da					X	X						

